

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL INTERRUPTÍVEL

ENTRE

3R CANDEIAS S.A.,
3R RIO VENTURA S.A.,
3R PETROLEUM OFFSHORE S.A.

E

^{DS}
JEMP

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS

^{DS}
MDDS

[REDACTED]

[REDACTED]

^{DS}
MRCN



ÍNDICE

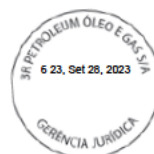
| | |
|---|----|
| CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS | 4 |
| CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO..... | 11 |
| CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E INÍCIO DO FORNECIMENTO | 12 |
| CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSOS DE RETIRADA E FORNECIMENTO | 12 |
| CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS..... | 14 |
| CLÁUSULA SEXTA – FATURAMENTO..... | 16 |
| CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS | 19 |
| CLÁUSULA NONA – PONTO DE ENTRADA..... | 21 |
| CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO DO GÁS E CONDIÇÕES DE ENTREGA..... | 21 |
| CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS..... | 22 |
| CLÁUSULA DOZE – PENALIDADES..... | 22 |
| CLÁUSULA TREZE – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS | 24 |
| CLÁUSULA CATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO | 29 |
| CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR | 31 |
| CLÁUSULA DEZESSEIS – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES | 34 |
| CLÁUSULA DEZESETE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE | 34 |
| CLÁUSULA DEZOITO – CONDUTA DAS PARTES..... | 35 |
| CLÁUSULA DEZENOVE – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS..... | 38 |
| CLÁUSULA VINTE – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO | 39 |
| CLÁUSULA VINTE E UM – NOVAÇÃO | 40 |
| CLÁUSULA VINTE E DOIS – DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 41 |
| CLÁUSULA VINTE E TRÊS – CONFORMIDADE DAS PARTES | 42 |

DS
JEMP

DS
MDDS



DS
MRCN



CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL NA MODALIDADE INTERRUPTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, 3R CANDEIAS S.A., 3R RIO VENTURA S.A., 3R PETROLEUM OFFSHORE S.A E DE OUTRO COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, NA FORMA ABAIXO:

3R CANDEIAS S.A., com sede na Rua José Visco, nº 585, Pioneiro, na Cidade de Catu, Estado da Bahia, Brasil, CEP: 48.110 000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 23.018.639/0004 42, doravante denominada "3R CANDEIAS", nesse ato representada na forma de seu estatuto social.

3R RIO VENTURA S.A., com sede na Rua José Visco, nº 585, Pioneiro, na Cidade de Catu, Estado da Bahia, Brasil, CEP: 48.110 000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 35.156.290/0002 22, doravante denominada "3R RIO VENTURA" nesse ato representada na forma de seu estatuto social.

3R PETROLEUM OFFSHORE S.A., com sede na Avenida Coronel Mateus Cunha, Nº 260, sala 02, Sernamby, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo, Brasil, CEP: 29.930 510, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 02.857.854/0009 71, doravante denominada "3R OFFSHORE" e em conjunto com a 3R CANDEIAS e com a 3R RIO VENTURA "3R PETROLEUM", nesse ato representada na forma de seu estatuto social.

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, sociedade com sede na Av. Washington Soares, nº 6475, Bairro José de Alencar, CEP: 60830 005, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 73.759.185/0001-96, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada "CEGÁS".

Individualmente referidas como "PARTE" e conjuntamente como "PARTES",

DS

JEMP

CONSIDERANDO QUE:

DS

MDDS

- (a) a VENDEDORA está autorizada pela ANP a desenvolver atividades relacionadas à produção e comercialização de petróleo e gás natural e possui todas as LICENÇAS e enquadramentos definitivos exigíveis por LEI e/ou AUTORIDADE GOVERNAMENTAL necessários para cumprir todas as suas obrigações sob este CONTRATO;

conforme disposto no Parágrafo 2º do Art. 25, da Constituição da República, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 15/08/1995, cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei;

DocuSigned by:

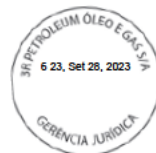
ICP

- c) conforme Contrato de Concessão firmado em 30/12/1993, a CEGÁS é a concessionária dos serviços públicos de distribuição de GÁS canalizado no Estado do Ceará;

DS

MACN

- (d) a CEGÁS, no âmbito de suas atividades, empenha se em atender a demanda de GÁS NATURAL do mercado de sua área de concessão e, para tanto, busca contratar suprimento de tal insumo que lhe permita garantir oferta ao seu mercado com segurança, continuidade e competitividade;



- (e) a VENDEDORA deseja vender e disponibilizar à COMPRADORA GÁS NATURAL, e a COMPRADORA deseja comprar e receber o referido GÁS da VENDEDORA, nos termos e condições aqui estabelecidos;
- (f) a compra e venda de GÁS natural objeto deste CONTRATO não está sujeita à obrigatoriedade de prévio procedimento licitatório com base na hipótese de inaplicabilidade de licitação prevista no Inciso I, Parágrafo 3º do Artigo 28 da Lei Federal 13.303, de 30/06/2016; e
- (g) as operações em que a CEGÁS for qualificada como VENDEDORA serão realizadas com a finalidade de correção do saldo de desequilíbrio de seu portfólio, ou seja, como ação de balanceamento de responsabilidade do carregador, também chamada de Troca de Titularidade de Gás do Carregador sob Custódia do Transportador, conforme a Cláusula Primeira do Apêndice II do Anexo IV do Contrato Master de Transporte Extraordinário de Gás Natural firmado com a TAG.

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Interruptível ("CONTRATO"), que será regido pelas cláusulas e condições seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS

1.1 Sempre que grafados em maiúsculas, seja no singular ou no plural, os termos abaixo terão as seguintes definições:

AFILIADA: significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer outra entidade jurídica residente ou com sede no Brasil ou no exterior que, direta ou indiretamente controle, esteja sob controle comum, ou seja controlada por essa PARTE. Conforme utilizado nesta definição, "controle" significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral, o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia, ou o poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

DS
JEMP

AGENTE PÚBLICO: Todo aquele que exerce para o Poder Público, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função.

DS
MDDS

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, autarquia sob regime especial instituída pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997, responsável pela regulação e fiscalização das atividades da indústria do petróleo e do gás natural, ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la no futuro.

DocuSigned by:
h4j(1)
Assinado por: MURILIO ANTONIO COSTA DINIZ
CPF: [REDACTED]
Data e hora da Assinatura: 01/19/2023 20:21:01 BRT
ICP-Brasil

DocuSigned by:
psl
Assinado por: GUSTAV SOUZA COSTA
Data e hora da Assinatura: 29/08/2023 14:24:49 BRT
ICP-Brasil

ARBITRAGEM: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 13.4 e seus subitens.

DS
MNCN

ÁRBITRO (PRIMEIRO ÁRBITRO, SEGUNDO ÁRBITRO, TERCEIRO ÁRBITRO): significa um dos integrantes do TRIBUNAL ARBITRAL, designados conforme item 13.4.3.



ÁRBITRO ÚNICO: significa o árbitro único a ser responsável pela condução e pelo julgamento da ARBITRAGEM expedita, nos termos do item 13.4.3.

ARREDONDAMENTO, ARREDONDADO ou ARREDONDAR: significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- (a) se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- (b) se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

AUTORIDADE GOVERNAMENTAL: qualquer nação ou governo ou qualquer subdivisão, autoridade, agência ou órgão dele, incluindo: (i) os governos federais, estaduais ou municipais; (ii) as autoridades governamentais, regulatórias, executivas, legislativas, judiciárias ou administrativas, bem como qualquer autoridade fiscal, o que inclui, com relação aos itens "i" e "ii", suas respectivas agências, divisões, departamentos, conselhos, representações ou comissões, incluindo a ANP; (iii) juízo, corte, tribunal ou órgão judicial, administrativo ou arbitral, Ministério Público da União e dos Estados, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas estaduais e municipais; ou (iv) qualquer comissão de valores mobiliários ou qualquer bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, que tenha competência para impor normas ou regras sobre qualquer das PARTES ou sobre as operações previstas neste CONTRATO, de acordo com a LEI.

BALANCEAMENTO: significa o gerenciamento das injeções e retiradas de GÁS no SISTEMA DE TRANSPORTE para fins de equilíbrio e execução eficiente e segura dos serviços de transporte pelo TRANSPORTADOR.

CALORIA: significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura de 14,5°C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5°C (quinze vírgula cinco graus Celsius) à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma QUILOCALORIA (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

CÂMARA: significa a Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem - CBMA, responsável pela condução da MEDIAÇÃO e ARBITRAGEM, conforme previsto na CLÁUSULA TREZE - LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no Artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro ou aqueles previstos neste CONTRATO, observadas as condições e situações previstas na CLÁUSULA QUINZE - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CARREGADOR: agente que utiliza ou pretende utilizar o serviço de transporte de gás natural em gasoduto de transporte, mediante autorização da ANP.



COMPRADORA: significa a PARTE que está comprando e retirando o GÁS nos termos e condições estabelecidos neste CONTRATO, conforme definido em cada NOTIFICAÇÃO DE TRANSAÇÃO.

COMPROMISSO DE RETIRADA (CR): significa o valor do compromisso de retirada do GÁS da COMPRADORA na forma do item 5.2. O valor do CR será faturado na forma do item 12.3.

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: significam as condições de temperatura de 20º C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

CONTRATO: significa este Contrato de Compra e Venda de Gás Natural celebrado na MODALIDADE INTERRUPTÍVEL, seus anexos e termos aditivos.

CONTRATOS DE TRANSPORTE: significam, em conjunto, o CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e o CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA.

CONTRATO(S) DE TRANSPORTE DE ENTRADA: significa(m) o(s) contrato(s) de transporte para contratação de capacidade de entrada no SISTEMA DE TRANSPORTE, a ser(em) celebrado(s) pela VENDEDORA com o TRANSPORTADOR, necessário(s) à disponibilização do GÁS objeto deste CONTRATO no PONTO DE ENTRADA.

CONTRATO(S) DE TRANSPORTE DE SAÍDA: significa(m) o(s) contrato(s) de transporte para contratação de capacidade de saída no SISTEMA DE TRANSPORTE, a ser(em) celebrado(s) pela COMPRADORA com o TRANSPORTADOR, necessário(s) ao recebimento e retirada do GÁS objeto deste CONTRATO no PONTO DE SAÍDA.

CONTRATO(S) UPSTREAM: significa(m) o(s) contrato(s) que permite(m) à VENDEDORA acessar as infraestruturas de [escoamento e/ou] processamento, que viabilizam a disponibilização pela VENDEDORA, no PONTO DE ENTRADA, da molécula do GÁS.

DIA: significa cada dia calendário do período de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), tendo como referência a hora oficial de Brasília/DF.

DIA ÚTIL: significa qualquer DIA em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente nas cidades onde se localizam as sedes da VENDEDORA e da COMPRADORA.

DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, boleto bancário, bem como qualquer outro título emitido por uma PARTE à outra para cobrança de valor que deva ser pago, nos termos do CONTRATO, pela outra PARTE.

DOCUMENTO DE CRÉDITO: significa qualquer carta de crédito, bem como qualquer outro documento ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE à outra para concessão de crédito de um valor que deva ser devolvido ou creditado, nos termos do CONTRATO, para a outra PARTE.

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido, conforme definido no item 7.8.

EVENTO DE INADIMPLEMENTO: significa qualquer dos eventos definidos no item 14.1.

FALHA DE PROGRAMAÇÃO: significa a situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA, de qualquer das seguintes hipóteses:

- (a) ação ou omissão comprovada da VENDEDORA que ocasione a recusa de programação de GÁS pelo TRANSPORTADOR, impossibilitando ou limitando a retirada de GÁS nos PONTOS DE SAÍDA; ou
- (b) envio, pela COMPRADORA ou VENDEDORA, e consequente aceite e programação pelo TRANSPORTADOR, de QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QDTNE) inferior àquela definida como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV).

Excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará FALHA DE PROGRAMAÇÃO:

- (a) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (b) ter a COMPRADORA sido a parte determinante para tal ocorrência;
- (c) ajustes de desequilíbrios no BALANCEAMENTO mediante programação regular diária e/ou no contexto do item 5.1.2
- (d) ter a COMPRADORA deixado de fazer, junto ao TRANSPORTADOR, a nominação do GÁS para retirada no(s) PONTO(S) DE SAÍDA, ou tenha feito nominação do GÁS para retirada no PONTO DE SAÍDA em desacordo com a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV);
- (e) falhas e/ou descumprimento atribuídos ao TRANSPORTADOR e/ou às partes dos CONTRATO(S) UPSTREAM;
- (f) situações de PARADAS NÃO PROGRAMADAS.

DS
JEMF

DS
MDDS

DocuSigned by:
[Redacted]

DocuSigned by:
[Redacted]
Assinado por: GUSTAV SOUZA COSTA

DS
MALN

FUNCIONÁRIO PÚBLICO é utilizado neste CONTRATO de maneira ampla, abrangendo funcionários públicos nacionais e estrangeiros, e inclui: (i) qualquer funcionário, eleito ou nomeado funcionário público; (ii) quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública; (iii) quem exerce cargo, emprego ou função em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (iv) quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública; (v) qualquer funcionário ou pessoa agindo para ou em nome de uma organização pública internacional.



GÁS ou **GÁS NATURAL**: significa o gás natural objeto do CONTRATO, processado na UPGN e cuja qualidade atenda aos parâmetros da Resolução ANP nº 16/2008 ou outra que vier a substituí-la.

INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL: significa qualquer informação que uma das PARTES, direta ou indiretamente, receber da outra PARTE e/ou seus prepostos, relativas à execução do CONTRATO, ou qualquer outra informação relacionada às atividades técnicas e/ou comerciais das PARTES ou de suas filiais e unidades, nos termos da Cláusula Dezessete deste Contrato.

LEI ou **LEGISLAÇÃO**: significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria), federal, estadual ou municipal, vigente no Brasil, ou que venha a vigor, que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas no CONTRATO, incluindo, por exemplo, qualquer lei, decreto, resolução, portaria, regulação estadual, inclusive emitido pela agência reguladora a que as PARTES estejam submetidas.

LEIS ANTICORRUPÇÃO: significam as LEIS estabelecidas no item 2318.1.

MEDIAÇÃO: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 13.2.

MÊS: significa, para o primeiro MÊS, o período que começa no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e termina às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último DIA de tal MÊS. Para o último MÊS, começará no primeiro DIA do MÊS correspondente e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO. Para os demais MESES, corresponde a cada mês calendário de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) do primeiro DIA de cada MÊS e terminando às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último DIA de tal MÊS. MENSALMENTE será interpretado de modo análogo.

DS

JEMF

METRO CÚBICO ou **M³**: significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

DS

MDDS

MODALIDADE INTERRUPTÍVEL: significa a modalidade de fornecimento de GÁS aplicável a este CONTRATO a qual: (i) o efetivo fornecimento de GÁS depende da manifestação da COMPRADORA sobre o seu interesse em receber determinada QUANTIDADE DE GÁS e da manifestação da VENDEDORA sobre o seu interesse em fornecer a respectiva QUANTIDADE DE GÁS; (ii) a falta de interesse das PARTES em fornecer ou receber GÁS NATURAL, a indisponibilidade de GÁS NATURAL ou a indisponibilidade de capacidade de transporte para atendimento ao presente CONTRATO não geram quaisquer responsabilidades para as PARTES, observado o disposto na CLÁUSULA DOZE - PENALIDADES.

DocuSigned by:

h4j()

Assinado por: MAURICIO ANTONIO COSTA DINIZ

Assinado por: GUSTAV SOUZA COSTA

DocuSigned by:

PSL

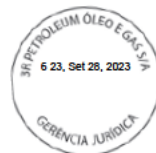
Assinado por: GUSTAV SOUZA COSTA

DS

MACN

NOTIFICAÇÃO: significa qualquer comunicação entre as PARTES, cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, conforme definido na CLÁUSULA VINTE - DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO.

NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE TRANSAÇÃO: significa(m) a(s) notificação(ões) para troca de titularidade do GÁS, para fins de BALANCEAMENTO, conforme previsto nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, conforme aplicável.



PARADA NÃO PROGRAMADA: significa a situação transitória que resulte em redução ou interrupção na nominação e/ou disponibilização de GÁS, devido a restrições operacionais emergenciais, envolvendo as instalações de produção do GÁS, os CONTRATO(S) UPSTREAM e/ou os CONTRATOS DE TRANSPORTE.

PARCELA DE MOLÉCULA (PM): significa a parcela referente à molécula contida no PREÇO DO GÁS (PG), nos termos previstos no item 6.3.

PARCELA DE TRANSPORTE (PT): significa a parcela referente ao transporte contida no PREÇO DO GÁS (PG), nos termos previstos no item 6.2 e considerando as previsões do(s) CONTRATO(S) DE TRANSPORTE DE ENTRADA.

PARTE AFETADA: significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, nos termos da CLÁUSULA QUINZE - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

PERITAGEM: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 13.3.

PERITO: significa a pessoa designada, conforme o item 13.3 e seus subitens, para dirimir as controvérsias submetidas à PERITAGEM.

PERÍODO DE FATURAMENTO: significam os períodos definidos no item 7.1.

PERÍODO DE FORNECIMENTO: significa cada período para o qual a COMPRADORA realiza a solicitação para programação de GÁS nos termos deste CONTRATO, conforme modelo do Anexo I.

PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR): significa a quantidade de energia utilizada como referência, equivalente a 37.302,1790 BTU em 1,0 MMm³ de GÁS, que convertidos equivalem a 9.400 kcal/m³ por 1,0 m³.

PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS): significa a quantidade de energia liberada, na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO até o primeiro algarismo inteiro. Sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO). No âmbito do CONTRATO, a determinação do PCS será efetuada no PONTO DE SAÍDA.

PONTO DE ENTRADA: local físico no SISTEMA DE TRANSPORTE onde (i) o GÁS ingressa no SISTEMA DE TRANSPORTE, para a custódia do TRANSPORTADOR, e (ii) onde é realizada a transferência da propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA.

PONTO DE SAÍDA: local físico no SISTEMA DE TRANSPORTE onde o GÁS é colocado pelo TRANSPORTADOR à disposição para recebimento da COMPRADORA.

DS
JEMF

DS
MDDS

DocuSigned by:
h4j(1)
Assinado por: MAURICIO ANTONIO COSTA DINIZ

DocuSigned by:
PSL
Assinado por: GUSTAV SOUZA COSTA

DS
MALN

PREÇO DO GÁS (PG): significa o preço do GÁS, em R\$/M³ (Reais por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme CLÁUSULA SEXTA - PREÇO DO GÁS.

QUALIDADE DO GÁS: significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e a propriedades físico químicas do gás especificados pela Resolução ANP nº 16 de 17/06/2008, ou outra que venha a substituí-la.

QUANTIDADE DE GÁS: significa volume de GÁS, expresso em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA e no PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA.

QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA INTERRUPTÍVEL (QDAI): significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária que tenha sido efetivamente programada à COMPRADORA pelo TRANSPORTADOR, em determinado DIA, conforme termos do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC): significa a QUANTIDADE DE GÁS prevista na CLÁUSULA QUARTA - QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, que poderá ser solicitada pela COMPRADORA como QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA nos termos deste CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QDTNE): significa a QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA solicita ao TRANSPORTADOR, em um determinado DIA, para que seja colocada à sua disposição em um PONTO DE ENTRADA, para a prestação do serviço de transporte referente ao GÁS objeto deste CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA SAÍDA (QDTNS): significa a QUANTIDADE DE GÁS que a COMPRADORA solicita ao TRANSPORTADOR, em um determinado DIA, para que seja colocada à sua disposição em um PONTO DE SAÍDA, para a prestação do serviço de transporte referente ao GÁS objeto deste CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV): significa a QUANTIDADE DE GÁS que a COMPRADORA tenha solicitado à VENDEDORA e que foi aceita pela VENDEDORA, nos termos da CLÁUSULA OITAVA - PROGRAMAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO GÁS, para, em determinado DIA, disponibilizar à COMPRADORA no PONTO DE ENTRADA.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA TRANSPORTADOR (QDPT): significa a QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA tenha nominado junto ao TRANSPORTADOR e que foi aceita pelo TRANSPORTADOR, nos termos da CLÁUSULA OITAVA - PROGRAMAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO GÁS, para, em determinado DIA, colocar à disposição no PONTO DE ENTRADA.

QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS): significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA à VENDEDORA, em determinado DIA, para que seja colocada à sua disposição no PONTO DE ENTRADA, conforme CLÁUSULA OITAVA - PROGRAMAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO GÁS.

QUANTIDADE FALTANTE (QF): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada MÊS na forma do item 12.2.

QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada MÊS na forma do item 5.2. calculada para fins do COMPROMISSO DE RETIRADA.

SENTENÇA ARBITRAL: significa o pronunciamento definitivo a ser emitido pelo ÁRBITRO ÚNICO ou TRIBUNAL ARBITRAL, conforme o caso, às PARTES em procedimentos de ARBITRAGEM.

SISTEMA DE MEDIÇÃO: significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, localizados no PONTO DE ENTRADA e no PONTO DE SAÍDA.

SISTEMA DE TRANSPORTE: conjunto de instalações físicas, de propriedade do TRANSPORTADOR, necessárias à prestação do respectivo serviço de transporte, incluindo, mas não se limitando aos dutos, estações de compressão, estações de medição, estações de redução de pressão, pontos de entrada e pontos de saída, existentes ou que venham a ser instalados.

TRANSPORTADOR: significa a pessoa jurídica devidamente autorizada pela ANP para exercer a atividade de transporte de GÁS NATURAL por meio de duto.

TROCA DE TITULARIDADE DO GÁS: significa a operação em que os carregadores do sistema de transporte, ao longo do período de BALANCEAMENTO, com vistas a manter o BALANCEAMENTO de seus portfólios, efetuam entre si, a troca de titularidade do GÁS sob custódia do TRANSPORTADOR, por meio de notificações de transação, observadas as regras tributárias e regulatórias para troca de titularidade.

TRIBUNAL ARBITRAL: significa o tribunal constituído para solução de controvérsias conforme definido na CLÁUSULA TREZE - LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO.

VENDEDORA: significa a PARTE que está vendendo e entregando o GÁS, conforme definido em cada NOTIFICAÇÃO DE TRANSAÇÃO. Quando a CEGÁS for qualificada como VENDEDORA, estará realizando operações com a finalidade de correção do saldo de desequilíbrio de seu portfólio, ou seja, como ação de BALANCEAMENTO de responsabilidade do CARREGADOR, também chamada de Troca de Titularidade de Gás do Carregador sob Custódia do Transportador, conforme a Cláusula Primeira do Apêndice II do Anexo IV do Contrato Master de Transporte Extraordinário de Gás Natural firmado com a TAG.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1 O presente CONTRATO tem por objeto a venda e programação, pela VENDEDORA, e a compra e recebimento, pela COMPRADORA, de GÁS NATURAL, na MODALIDADE INTERRUPTÍVEL, segundo as condições estipuladas neste CONTRATO.

2.2 A assinatura e o início da vigência deste CONTRATO, por si só, não atribuem compromissos vinculantes às PARTES no que diz respeito às QUANTIDADES DE GÁS objeto da contratação, de modo que os compromissos de programação e recebimento

somente estarão caracterizados após o aceite pela VENDEDORA das QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), nos termos da CLÁUSULA OITAVA - PROGRAMAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO GÁS.

CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

3.1. O presente CONTRATO entrará em vigor na data de sua assinatura, encerrando-se em 31 de dezembro de 2024, sendo certo que os PERÍODOS DE FORNECIMENTO ocorrerão conforme previsto na CLÁUSULA OITAVA - PROGRAMAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO GÁS.

3.2. O prazo de vigência do presente CONTRATO poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as PARTES, o que será formalizado mediante a celebração do correspondente termo aditivo.

3.3. Sem prejuízo do termo final de vigência previsto no item 0 deste CONTRATO, permanecerão válidas após essa data as disposições relativas a foro, sigilo e confidencialidade, incidências tributárias, conduta das partes, bem como as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução do CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA - QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL

4.1. A QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL de GÁS disponível para solicitação, programação, disponibilização e retirada, nos termos deste CONTRATO, na MODALIDADE INTERRUPTÍVEL e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será definida em comum acordo pelas PARTES na NOTIFICAÇÃO.

CLÁUSULA QUINTA - COMPROMISSOS DAS PARTES

5.1. Compromissos de Nomenclatura das PARTES e Compromisso de Disponibilização da VENDEDORA.

DS
JEMP Durante a vigência deste CONTRATO, e a cada PERÍODO DE FORNECIMENTO, a VENDEDORA compromete-se a (i) nominar a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV), junto ao TRANSPORTADOR, como QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QDTNE); e (ii) disponibilizar para a custódia do TRANSPORTADOR, no PONTO DE ENTRADA, a cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV), observada a limitação de programação efetuada pelo TRANSPORTADOR, sujeitando-se, em caso de não cumprimento, à penalidade estipulada no item 1312.1.

DS
MDDS
DocuSigned by: [Redacted]
MJD
5.1.1. A fim de garantir o BALANCEAMENTO do SISTEMA DE TRANSPORTE, a COMPRADORA se obriga a efetuar, junto ao TRANSPORTADOR, a nominação de QUANTIDADE DE GÁS para retirada no PONTO DE SAÍDA igual ou maior à QDPV, como QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA SAÍDA (QDTNS), observando as previsões do(s) CONTRATO(S) DE TRANSPORTE DE SAÍDA e, ainda, indicar, caso aplicável, a QUANTIDADE DE GÁS correspondente ao GÁS necessário para uso no SISTEMA DE TRANSPORTE.

DS
MACN 5.1.2. Além da possibilidade de ajustar os desequilíbrios no BALANCEAMENTO mediante nominação e programação regular diária na forma do item 5.1.1, na eventualidade de existência de saldo entre (i) a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV) no PONTO DE ENTRADA e/ou PONTOS DE SAÍDA e, (ii) respectivamente, a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA INTERRUPTÍVEL (QDAI) pelo

TRANSPORTADOR mediante nominação de QUANTIDADE DE GÁS por cada PARTE para o PONTO DE ENTRADA e/ou PONTOS DE SAÍDA, que gere um desequilíbrio no BALANCEAMENTO do portfólio das PARTES, então:

- (a) as PARTES poderão, mediante comum acordo, efetuar entre si, a troca de titularidade do GÁS sob custódia do TRANSPORTADOR, por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO (caso solicitado pelo TRANSPORTADOR), observadas as regras tributárias e regulatórias para troca de titularidade, bem como as previsões dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e dos CONTRATOS DE TRANSPORTE SAÍDA;
- (b) o TRANSPORTADOR deverá validar a troca de titularidade solicitada para que esta tenha efeito; e
- (c) caso a troca de titularidade do GÁS seja relacionada à transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA, então a COMPRADORA deverá pagar à VENDEDORA o PREÇO DO GÁS vigente à época da troca, multiplicado pela QUANTIDADE DE GÁS objeto de tal troca, sendo este acrescido à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA TRANSPORTADOR (QDPT) para fins exclusivos do item 6.1 deste CONTRATO. Quando a CEGÁS se caracterizar como VENDEDORA, a transação será realizada por meio de troca de titularidade.

5.2. Compromisso de Retirada da COMPRADORA.

Ressalvadas as situações de FALHA DE PROGRAMAÇÃO ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga se a retirar, no PONTO DE SAÍDA, a QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA SAÍDA (QDTNS), que deverá observar o disposto no item 5.1.1., mesmo que a COMPRADORA não retire, pagar a penalidade de COMPROMISSO DE RETIRADA (CR) à VENDEDORA.

5.2.1 Para fins de verificação do cumprimento do COMPROMISSO DE RETIRADA (CR), diário, a eventual QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) pela COMPRADORA no correspondente MÊS será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNR_i = QDC_i - (QF_i + QN_{FMI}) - QDAI_i, \text{ onde:}$$

| | |
|-------------------------------------|--|
| QNR_i | é a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) de GÁS no correspondente DIA, para fins de pagamento pela COMPRADORA, sendo igual a zero caso o resultado da fórmula seja negativo. |
| QDC_i | é a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) no DIA "i"; |
| QF_i | é a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA em questão; |
| QN_{FMI}_i | é a soma das QUANTIDADES DE GÁS não nominadas ou disponibilizadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR em cada DIA do PERÍODO DE FORNECIMENTO ou MÊS em questão. |
| QDAI_i | é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA INTERRUPTÍVEL (QDAI) em cada DIA do PERÍODO DE FORNECIMENTO ou do MÊS em questão, conforme aplicável nos termos do item 7.1. |
| i | é um determinado DIA do correspondente MÊS. |

5.2.1.1. Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR), na forma deste item, a COMPRADORA deverá pagar o montante previsto no item 12.3, correspondente ao COMPROMISSO DE RETIRADA (CR), sem prejuízo do disposto no item 7.2.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO DO GÁS

6.1. O PREÇO DO GÁS (PG), vigente no dia da efetiva transação, no PONTO E ENTRADA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será constituído pela soma da PARCELA DE TRANSPORTE (PT), prevista no item 6.2, com a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), prevista no item 6.3., conforme fórmula abaixo:

$$PG = PM + PT, \text{ onde:}$$

| | |
|----|---|
| PG | é o PREÇO DO GÁS (PG), expresso em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal. |
| PT | é a PARCELA DE TRANSPORTE (PT) item 6.2 abaixo, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal. |
| PM | é a PARCELA DE MOLÉCULA (PM) calculada conforme fórmula indicada adiante, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal. |

6.2. PARCELA DE TRANSPORTE (PT)

6.2.1. A PARCELA DE TRANSPORTE (PT), expressa em R\$/m³, será calculada mensalmente e corresponderá à totalidade dos valores incorridos pela VENDEDORA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, para atendimento a este CONTRATO, inclusive eventuais Encargo de Excedente Autorizado, Encargo de Excedente Não Autorizado e Encargo de GUS, que serão integralmente repassados para a COMPRADORA.

6.2.2. Não serão objeto do repasse previsto neste item apenas o Encargo de Capacidade Não Utilizada (ECNU) e o Encargo de Custo Fixo de Compra e Venda de Gás (ECFCVG). Em razão das características da MODALIDADE INTERRUPTÍVEL, as PARTES concordam que não haverá, pela VENDEDORA, obrigatoriedade de contratação de serviço de transporte de entrada específico para atendimento deste CONTRATO e, portanto, declaram que têm ciência de que o serviço de transporte poderá ser realizado como excedente autorizado ou não autorizado.

6.2.2.1. A utilização de serviço de transporte autorizado acima da tolerância contratual de ESEA ou de serviço de transporte não autorizado (ESENA), cuja PT seja equivalente ao serviço de transporte não autorizado (2 x EST), deverá ser negociada antes da transação, não cabendo cobrança adicional após tal transação.

6.2.2.2. Caso ocorra a incidência de ESENA atribuível à COMPRADORA como carregador de saída, a cobrança deverá ser comprovada por meio da apresentação do Analítico de Pares Ordenados e do CT e enviado pela TAG.

6.2.3. No repasse da PARCELA DE TRANSPORTE pela VENDEDORA à COMPRADORA, poderão ser acrescidos, pela VENDEDORA, considerando a forma de

cobrança dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA, os tributos incidentes sobre tal contratação, que não sejam recuperáveis pela VENDEDORA, conforme justificado com base em legislação aplicável à VENDEDORA.

6.2.4. Ressalvadas as situações de não recebimento de GÁS (a) por FALHA NA PROGRAMAÇÃO ou (b) por qualquer conduta atribuível exclusivamente à VENDEDORA que viole o(s) CONTRATO(S) DE TRANSPORTE DE ENTRADA, a COMPRADORA obriga-se a pagar à VENDEDORA, como PARCELA DE TRANSPORTE, todos os encargos e custos adicionais incorridos pela VENDEDORA no âmbito do(s) CONTRATO(S) DE TRANSPORTE DE ENTRADA, observado o disposto nos itens acima, que serão cobrados pela VENDEDORA da COMPRADORA em uma base de repasse (*pass-through*).

6.2.4.1. Na eventualidade de a COMPRADORA comprovadamente causar, por sua ação ou omissão no contexto dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA, inclusive em consequência do descumprimento de seu compromisso de nominação e retirada de GÁS no PONTO DE SAÍDA, a cobrança de penalidades e/ou indenizações pelo TRANSPORTADOR à VENDEDORA, no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA, então os valores a estes relacionados também serão repassados pela VENDEDORA à COMPRADORA, passando a integrar a PARCELA DE TRANSPORTE.

6.2.5. Apesar de as PARTES não vislumbrarem, na presente data, a possibilidade prevista neste item 6.2.5, eventuais custos devidos pela COMPRADORA ao TRANSPORTADOR e/ou demais carregadores utilizando o SISTEMA DE TRANSPORTE, no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA, em decorrência de atos ou fatos que a VENDEDORA comprovadamente tenha dado causa, inclusive em consequência de descumprimento de seu compromisso de nominação e disponibilização de GÁS no PONTO DE ENTRADA, e demais obrigações constantes no CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e no presente CONTRATO, serão repassados à VENDEDORA pela COMPRADORA, através da emissão de DOCUMENTO DE COBRANÇA, e na proporção e extensão da responsabilidade da VENDEDORA.

DS
JEMP

6.2.6. No que se refere especificamente aos valores repassados por uma PARTE à outra na forma dos itens 6.2.4 e 6.2.5, nas situações em que qualquer ato ou omissão do TRANSPORTADOR ou de outros carregadores que utilizem o SISTEMA DE TRANSPORTE gere um prejuízo à outra PARTE (incluindo as situações de falha no serviço de transporte, entrega de gás fora de especificação, dentre outras), a PARTE que repassar tal custo tomará as medidas razoáveis para cobrar todas as compensações financeiras (indenizações, penalidades, multas) devidas pelo TRANSPORTADOR e/ou por demais CARREGADORES decorrentes do respectivo ato ou omissão que sejam devidas no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE, ou com base na LEI aplicável e repassa-las, na medida em que recebidas, à PARTE cujo custo foi repassado. As PARTES reconhecem que eventuais limitações aos montantes indenizáveis, prazos de recebimento, limites e condições gerais previstas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE serão igualmente aplicáveis ao presente CONTRATO, não gerando nenhuma obrigação suplementar à PARTE que repassar o custo no sentido de indenizar determinados montantes, ou montantes a maior do que efetivamente tenham sido recebidos do TRANSPORTADOR ou de qualquer carregador, conforme aplicável.

DocuSigned by:
MJD
Assinado por: MAURICIO ANTONIO COSTA DINIZ
Data e hora da Assinatura: 01/10/2023 20:22:44 GMT
ICP Brasil

DocuSigned by:
GSC
Assinado por: GUSTAV SOUZA CO
Data e hora da Assinatura: 28/09/2023 14:00:00 GMT
ICP Brasil

DS
MACN

6.2.7. Caso seja instaurada qualquer controvérsia no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE sobre o pagamento da compensação financeira pelo TRANSPORTADOR ou CARREGADOR(ES), conforme o item 6.2.6., a PARTE titular do direito relacionado a tal compensação financeira manterá a outra PARTE informada sobre todas as negociações e medidas que estejam sendo tomadas para a cobrança da compensação



financeira aplicável

6.2.7.1. As PARTES reconhecem que a PARCELA DE TRANSPORTE corresponde a um repasse dos valores pagos pela VENDEDORA ao TRANSPORTADOR pela prestação do serviço de transporte de entrada contratado pela VENDEDORA, formalizado através do(s) CONTRATO(S) DE TRANSPORTE DE ENTRADA. Dessa forma, as PARTES concordam que qualquer mudança nos valores pagos ao TRANSPORTADOR pela VENDEDORA no âmbito do(s) CONTRATO(S) DE TRANSPORTE DE ENTRADA deverá ser refletida no presente CONTRATO.

6.3. PARCELA DE MOLÉCULA (PM)

6.3.1. A PARCELA DE MOLÉCULA (PM), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, no PONTO DE ENTRADA, aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS VENDEDORA (QDPV) será apurada conforme a fórmula definida na NOTIFICAÇÃO, com ARREDONDAMENTO em quatro casas decimais, e informada pela VENDEDORA nos termos da cláusula oitava e Anexo I.

6.4. O PREÇO DO GÁS (PG) não inclui quaisquer tributos existentes, devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, os quais serão considerados no valor total faturado por ocasião do faturamento.

6.4.1. Não se entende como tributos devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela VENDEDORA, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros.

CLÁUSULA SÉTIMA - FATURAMENTO

7.1. O faturamento será efetuado mensalmente, no prazo indicado no item 7.6., correspondendo cada MÊS a um PERÍODO DE FATURAMENTO. O faturamento será realizado pela VENDEDORA, conforme dados constantes na NOTIFICAÇÃO DE TRANSAÇÃO.

7.1.1. Caso o PERÍODO DE FORNECIMENTO inicie após o primeiro dia e termine antes do último dia do mês calendário, o PERÍODO DE FATURAMENTO corresponderá ao respectivo PERÍODO DE FORNECIMENTO.

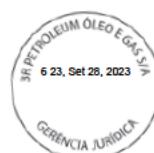
7.1.2. Caso o PERÍODO DE FORNECIMENTO inicie e termine em MESES distintos, os PERÍODOS DE FATURAMENTO respeitarão o mês calendário, de modo que o faturamento deverá ser realizado proporcionalmente aos dias de efetivo fornecimento.

7.1.3. Na hipótese de ocorrer mais de um PERÍODO DE FORNECIMENTO em um mesmo PERÍODO DE FATURAMENTO, será faturado o somatório do volume de GÁS fornecido no respectivo período.

7.2. Pelo fornecimento de GÁS em um dado PERÍODO DE FATURAMENTO, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$F = \sum_{i=1}^n (QDAI_i + NTC_i) \times PG$$

e:



| | |
|-------------------|---|
| F | é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO. |
| QDAI _i | é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA INTERRUPTÍVEL (QDAI) em cada DIA do PERÍODO DE FORNECIMENTO ou do MÊS em questão, conforme aplicável nos termos do item 7.1. |
| NTC _i | é a QUANTIDADE DE GÁS comercializada no DIA “i” por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO para compra e venda de gás sem programação de transporte, relativo às ações de BALANCEAMENTO previstas no item 5.1.2. |
| PG | é o PREÇO DO GÁS vigente na notificação de transação, conforme aplicável nos termos do item 7.1. |
| i | Corresponde a cada DIA do PERÍODO DE FATURAMENTO. |
| N | Corresponde ao total de DIAS do PERÍODO DE FATURAMENTO. |

7.3. Para fins do item 7.1, o valor final a ser faturado, após o acréscimo dos tributos e encargos aplicáveis, sofrerá o ARREDONDAMENTO na segunda casa decimal.

7.4. Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

7.4.1. A cobrança de quaisquer valores devidos por qualquer PARTE, no âmbito do presente CONTRATO, será realizada MENSALMENTE, após o correspondente PERÍODO DE FORNECIMENTO ou MÊS a que se refiram, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

7.5. Apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao PERÍODO DE FORNECIMENTO ou ao MÊS a que se refiram. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos à PARCELA DE TRANSPORTE, caso não sejam incluídos em nota fiscal de venda do GÁS, poderão ser apresentados até o 10º (décimo) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao PERÍODO DE FORNECIMENTO ou ao MÊS a que se refiram, e seguirão o mesmo formato utilizado pelo TRANSPORTADOR para cobrança dos custos que a compõem.

7.6. Vencimento de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser pagos até o 15º (décimo quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao PERÍODO DE FORNECIMENTO ou ao MÊS a que se refiram. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos à PARCELA DE TRANSPORTE, quando não incluídos em nota fiscal de venda do GÁS, deverão ser pagos até o 21º (vigésimo primeiro) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao PERÍODO DE FORNECIMENTO ou ao MÊS a que se refiram. Em caso de atraso na apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de DIAS de atraso, preservando o intervalo entre a data de apresentação e a data de vencimento das faturas.

Tributos e Encargos.

O recolhimento dos tributos de qualquer natureza e encargos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária apenas. Os tributos incidentes na comercialização do GÁS serão incluídos na fatura ou suportados pela COMPRADORA e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

7.7.1. Se, durante o prazo de vigência do CONTRATO, ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, ou, ainda, alterações no PONTO DE ENTRADA que possam vir a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da VENDEDORA, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

7.7.2. A revisão prevista no item 7.7.1 que ocasione a majoração do valor faturado somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da VENDEDORA, tal como a de modificação do estabelecimento remetente do GÁS, ou qualquer outra decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica da VENDEDORA.

7.7.3. O PREÇO DO GÁS poderá ser ajustado, mediante comum acordo entre as PARTES, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Economia, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

7.7.4. Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição de volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, dentre outros, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco/erro, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido de acordo com o item 7.5.

7.7.5. As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário. Caso a intimação fiscal emitida pelos órgãos competentes determine prazo inferior, este deverá ser observado.

7.8. Encargos Moratórios.

No caso de atraso no pagamento de qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA, o valor do DOCUMENTO DE COBRANÇA estará sujeito a atualização monetária com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo), juros de mora de 2% ao MÊS, *pro rata tempore*, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento.

7.9. Cobranças Objeto de Controvérsia.



7.9.1. Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

- (a) A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, (i) enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, (ii) efetuar pontualmente o pagamento da parte incontroversa do DOCUMENTO DE COBRANÇA e (iii) reter o pagamento da parte controversa até a solução da controvérsia
- ou) Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, deverá enviar NOTIFICAÇÃO, em até 5 (cinco) DIAS ÚTEIS contados da data do pagamento da parte incontroversa, informando a sua concordância, encerrando a controvérsia e dando plena quitação em relação ao montante controverso; e
- (c) Se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, deverá enviar NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto na CLÁUSULA TREZE - LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS deste CONTRATO. O montante controverso deverá ser pago, de toda forma, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, sob pena de aplicação dos ENCARGOS MORATÓRIOS previstos no item 7.8.

7.9.2. Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos no item 7.9.1 ou) e (c).

7.9.3. Na eventual devolução de valores pagos indevidamente, a tais valores devolvidos será aplicada atualização monetária com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo), considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a da efetiva devolução.

CLÁUSULA OITAVA - PROGRAMAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO GÁS

8.1. A qualquer momento durante a vigência deste CONTRATO, a VENDEDORA pode encaminhar NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, informando acerca da disponibilidade de QUANTIDADES DE GÁS e de capacidade no SISTEMA DE TRANSPORTE. A partir disso, caso seja de seu interesse, a COMPRADORA poderá proceder ao envio de NOTIFICAÇÃO com as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) no prazo previsto no item 8.2 e serão observados os demais procedimentos previstos neste item.

8.2. A qualquer momento durante a vigência deste CONTRATO, desde que até as 12:00h (doze horas) do DIA anterior ao DIA do fornecimento, a COMPRADORA pode encaminhar NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA, contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS



SOLICITADAS (QDS) para o respectivo DIA do fornecimento. Nesse caso, o DIA será equivalente ao PERÍODO DE FORNECIMENTO, para fins deste CONTRATO.

8.2.1. Até as 17:00 h (dezessete horas) do DIA anterior a cada DIA do PERÍODO DE FORNECIMENTO, a VENDEDORA, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, deverá informar o valor da PARCELA DE MOLÉCULA a ser efetivamente aplicado para o DIA em referência, que observará o disposto no item 6.3.1 e poderá ser distinto do valor estimado nos termos do item 8.3, e poderá:

- (a) aceitar, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS VENDEDORA (QDPV), as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS); ou
- (b) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS VENDEDORA (QDPV) compatíveis (i) com a disponibilidade de GÁS; e (ii) com a disponibilidade de capacidade no SISTEMA DE TRANSPORTE.

8.2.2. A VENDEDORA reconhece que, por se tratar de um contrato na MODALIDADE INTERRUPTÍVEL, a COMPRADORA não assume qualquer compromisso de solicitação de GÁS. A ausência de solicitação de GÁS pela COMPRADORA importará na inexistência de cobrança pela VENDEDORA, de quaisquer valores, compromissos, encargos ou penalidades decorrentes do presente CONTRATO ou dos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

8.2.3. A COMPRADORA reconhece que, por se tratar de um contrato na MODALIDADE INTERRUPTÍVEL, a efetiva nominação e disponibilização de GÁS pela VENDEDORA nos termos deste CONTRATO em relação a cada DIA do PERÍODO DE FORNECIMENTO ficarão sujeitas (i) ao aceite pela VENDEDORA, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS VENDEDORA (QDPV), das QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) requeridas pela COMPRADORA, assim como (ii) à disponibilidade e efetiva contratação de capacidade de transporte junto ao TRANSPORTADOR, nos termos dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA, motivo pelo qual a VENDEDORA não assume qualquer compromisso em relação às QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) pela COMPRADORA, nem quaisquer obrigações relacionadas ao(s) CONTRATO(S) DE TRANSPORTE DE SAÍDA.

8.2.4. Qualquer requisição da COMPRADORA de QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS poderá ser aceita ou não pela VENDEDORA, a seu exclusivo critério, e tal aceitação não deverá ser considerada novação ou alteração de qualquer aspecto do CONTRATO, estando descaracterizada a FALHA NA PROGRAMAÇÃO em caso de recusa. Inclusive, a COMPRADORA reconhece que a VENDEDORA poderá recusar por completo a sua solicitação para determinado DIA ou programar volume inferior à QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS).

8.2.5. Caso a VENDEDORA não se pronuncie no prazo do item 8.2.1, consideram-se recusadas as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) do correspondente DIA.

8.2.6. Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV), em determinado DIA, a VENDEDORA enviará, tão logo quanto possível, NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à COMPRADORA, sem que tal NOTIFICAÇÃO descaracterize a FALHA NA PROGRAMAÇÃO, excetuadas a hipótese de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

8.3. A QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) estabelecida para determinado DIA, notificada nos termos do itens 8.1 ou 8.2, conforme aplicável, poderá ser alterada (aumentada ou diminuída) pela COMPRADORA mediante envio de NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA até as 10:00 (dez horas) do DIA (intradiária) do fornecimento, observadas as condições estabelecidas no item 8.2.1.

8.4. Caso haja alteração intradiária da QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) estabelecida para determinado DIA, a nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV) (intradiária) deverá ser confirmada pela VENDEDORA mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA até as 13h (treze horas) do DIA do fornecimento. Caso a VENDEDORA não se pronuncie no prazo, considera-se como aceita e confirmada a última QDPV NOTIFICADA pela VENDEDORA para o respectivo DIA, na forma do item 8.2.1.

8.5. Nos prazos estabelecidos no CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, a VENDEDORA compromete-se a nominar as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS VENDEDORA (QDPV) junto ao TRANSPORTADOR como QUANTIDADES DIÁRIAS DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QDTNE), para que estas sejam programadas pelo TRANSPORTADOR, no PONTO DE ENTRADA, a cada DIA, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS TRANSPORTADOR (QDPT).

8.6. A VENDEDORA compromete-se a disponibilizar, no PONTO DE ENTRADA, a cada DIA, uma QUANTIDADE DE GÁS igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV) e à QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QDTNE) para o correspondente DIA.

8.6.1. A quantidade DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QDTNE) deve ser equivalente à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV) tanto em volume quanto na delimitação dos PONTOS DE ENTRADA e PONTOS DE SAÍDA do SISTEMA DE TRANSPORTE.

CLÁUSULA NONA – PONTO DE ENTRADA

9.1. A transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA ocorrerá no PONTO DE ENTRADA.

9.1.1. Todos os riscos e perdas de GÁS (i) a montante do PONTO DE ENTRADA são de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) a jusante do PONTO DE ENTRADA são de responsabilidade da COMPRADORA.

9.2. O GÁS será disponibilizado pela VENDEDORA para custódia do TRANSPORTADOR no PONTO DE ENTRADA e permanecerá sob custódia e responsabilidade do TRANSPORTADOR até a entrega à COMPRADORA no(s) PONTO(S) DE SAÍDA, sendo certo que uma PARTE não será responsável perante a outra em razão de descumprimento, pelo TRANSPORTADOR, de seu dever de custódia e de suas obrigações previstas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO DO GÁS

10.1. As PARTES reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis aos SISTEMAS DE MEDIÇÃO do GÁS estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo para todos os efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer

obrigações assumidas pela VENDEDORA no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos no CONTRATOS DE TRANSPORTE.

CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS

11.1. O GÁS a ser nominado e disponibilizado pela VENDEDORA no PONTO DE ENTRADA deverá apresentar características de qualidade que atendam às especificações do Regulamento Técnico ANP N° 002/2008, anexo à Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí las em razão de disposição normativa superveniente.

11.2. As PARTES reconhecem que as regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis à cromatografia e calibração de cromatógrafo do GÁS estarão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo os CONTRATOS DE TRANSPORTE, para todos os efeitos, prevalecer em relação a quaisquer regras gerais, limites, periodicidades e condições técnicas específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela VENDEDORA no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

11.3. A determinação das características do GÁS entregue no PONTO DE SAÍDA será de responsabilidade do TRANSPORTADOR.

11.4. A determinação do Poder Calorífico Superior (PCS), assim como outras propriedades do GÁS, nos PONTOS DE ENTRADA e nos PONTOS DE SAÍDA, serão efetuadas de acordo com as regras dos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

CLÁUSULA DOZE – PENALIDADES

DS

JEMP

12.1 Penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO.

No caso de FALHA DE PROGRAMAÇÃO, ao final de determinado PERÍODO DE FORNECIMENTO ou MÊS, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA, uma penalidade diária, de natureza compensatória, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$PFP = 30\% \times QF \times PG$$

e:

| | |
|-----|---|
| PFP | é o valor da penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO no DIA devida pela VENDEDORA no PERÍODO DE FORNECIMENTO. |
| QF | é a soma da QUANTIDADE FALTANTE DE GÁS no PERÍODO DE FORNECIMENTO. |
| PG | é o PREÇO DO GÁS vigente no PERÍODO DE FORNECIMENTO em que tenha ocorrido a FALHA DE PROGRAMAÇÃO. |

DS

MALN

12.1.1 A penalidade estabelecida neste item 12.1 e os custos previstos no item 6.2.5, caso aplicáveis, são as únicas indenizações aplicáveis em benefício da COMPRADORA neste CONTRATO. Nenhuma outra indenização será devida pela VENDEDORA, mesmo

que as perdas e os danos efetivamente incorridos pela COMPRADORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

12.1.2 Caso a FALHA DE PROGRAMAÇÃO seja oriunda de evento verificado no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e/ ou no(s) CONTRATO(S) UPSTREAM, não causado pela VENDEDORA, a penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO estará limitada ao valor efetivamente recebido pela VENDEDORA como indenização no contexto do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e/ ou no(s) CONTRATO(S) UPSTREAM, conforme o caso.

12.1.3 A COMPRADORA não poderá ser indenizada por mais de uma vez pelo mesmo dano, de modo que (i) caso a COMPRADORA receba a integralidade da QDS no PONTO DE SAÍDA; (ii) sejam ajustados os desequilíbrios no BALANCEAMENTO entre as PARTES mediante sistemática de nominação e programação regular diária na forma do item 5.1.1 e/ ou implementados os procedimentos previstos no item 5.1.2; e/ou (iii) sempre que a COMPRADORA receber uma indenização por parte do TRANSPORTADOR e/ou de terceiros por FALHA DE PROGRAMAÇÃO, a indenização a ser paga pela VENDEDORA à COMPRADORA por FALHA DE PROGRAMAÇÃO no âmbito deste CONTRATO não será aplicável ou, na hipótese (iii) descrita neste item, do valor devido a título de indenização pela VENDEDORA à COMPRADORA será deduzido o valor efetivamente recebido pela COMPRADORA.

12.2 QUANTIDADE FALTANTE.

Caso em determinado PERÍODO DE FORNECIMENTO ou MÊS seja aplicável o pagamento de penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO, a QUANTIDADE FALTANTE (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF = \sum QDPV - QDN_j - QN_{FMj}$$

Onde:

| | | |
|------------------------------|-------------------|--|
| DS JEMF | QF _j | é a soma da QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no MÊS em questão; |
| DS MDDS | QDPV _j | é a soma da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV) de cada DIA do PERÍODO DE FORNECIMENTO ou MÊS em questão; |
| DocuSigned by: MJD | QDN _j | é a soma da QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QDNE) de cada DIA do PERÍODO DE FORNECIMENTO ou MÊS em questão; |
| DocuSigned by: [Redacted] | QN _{FMj} | é a soma das QUANTIDADES DE GÁS não nominadas ou disponibilizadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR em cada DIA do PERÍODO DE FORNECIMENTO ou MÊS em questão. |

12.2.1 Determinação da QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QTDNE).

A determinação da QUANTIDADE DIÁRIA DE TRANSPORTE NOMINADA NA ENTRADA (QTDNE) será realizada através do envio, para a COMPRADORA, de cópia da NOTIFICAÇÃO de nominação de transporte, concomitantemente à sua efetiva apresentação pela VENDEDORA ao TRANSPORTADOR, considerando as previsões do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA.

12.3 Penalidade por COMPROMISSO DE RETIRADA.

O valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA, a título de COMPROMISSO DE RETIRADA (CR), caso seja apurada QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) em determinado DIA, na forma do item 5.1.1, será o produto da QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) pela PARCELA DE MOLÉCULA (PM), conforme a seguinte fórmula, apurada para cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO:

$$PFR = 30\% \times QNR \times PG$$

| | |
|-----|--|
| PFP | é o valor da penalidade por COMPROMISSO DE RETIRADA no DIA devida pela VENDEDORA no PERÍODO DE FORNECIMENTO. |
| QNR | é a soma da QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) de GÁS no PERÍODO DE FORNECIMENTO. |
| PG | é o PREÇO DO GÁS vigente no PERÍODO DE FORNECIMENTO em que tenha ocorrido o COMPROMISSO DE RETIRADA. |

CLÁUSULA TREZE – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

13.1. O CONTRATO será regido pelas leis brasileiras.

Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução do CONTRATO ou a ele relacionadas, as PARTES, antes de qualquer outra medida, envidarão os seus melhores esforços para solucionar amigavelmente, por meio de negociação, qualquer dessas controvérsias. A negociação terá duração de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, contados a partir da NOTIFICAÇÃO de qualquer das PARTES acerca da ocorrência da disputa.

Caso a controvérsia não seja solucionada no prazo estabelecido na Cláusula 13.1 acima, as PARTES deverão observar o seguinte procedimento:

13.2. MEDIAÇÃO.

- DS JEMP
- (a) Antes de instaurar procedimento de ARBITRAGEM, deverá ser instaurado um procedimento de MEDIAÇÃO, a ser iniciado por qualquer uma das PARTES. Tal MEDIAÇÃO será administrada pela CÂMARA e instaurada e realizada na forma do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA e da Lei 13.140/15;
- DS MDDS
- (b) O mediador deverá ser escolhido de comum acordo pelas PARTES, nos termos do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA. Caso as PARTES não consigam chegar a um consenso quanto à nomeação do mediador único em 10 DIAS, inicia-se a ARBITRAGEM prevista no item 13.4 e seguintes; e
- (c) A primeira reunião de MEDIAÇÃO deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) DIAS corridos, contados da nomeação do mediador, e deverá ser realizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

DS MACN

13.3. PERITAGEM.

- (a) Ao final da MEDIAÇÃO, caso seja identificado que o mérito da controvérsia versa sobre uma questão eminentemente técnica (e.g., medição, condições de pressão, aferição de equipamentos etc.) ou que

para resolução do mérito da controvérsia se faz necessária a elucidação de uma questão técnica, as PARTES darão início, no prazo de 10 (dez) DIAS contados do término da MEDIAÇÃO, a um procedimento de PERITAGEM, na forma prevista nos itens abaixo. Caso não haja acordo entre as PARTES no sentido de se a resolução de certa controvérsia envolve questão técnica a ser apreciada por meio da PERITAGEM, cada uma das PARTES consignará à outra, por escrito, os motivos pelos quais entende ser cabível ou não o procedimento de PERITAGEM. Após isto, qualquer uma das PARTES poderá submeter a controvérsia (como um todo e não apenas naquilo que concerne o cabimento ou não da PERITAGEM) à ARBITRAGEM. Caso no curso da ARBITRAGEM seja deferida produção de prova pericial que verse sobre questão que poderia ter sido submetida previamente à PERITAGEM, a PARTE que consignou sua posição pela inaplicabilidade da PERITAGEM sobre a matéria controversa deverá arcar com todos os custos da perícia na ARBITRAGEM. Além disso, o TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, deverá considerar tal comportamento da PARTE como protelatório e levar tal fato em consideração na sua decisão final.

- b) Entendendo se que a PERITAGEM é aplicável à controvérsia, as PARTES deverão, no prazo de 30 (trinta) DIAS contados do término da MEDIAÇÃO, eleger o PERITO responsável pelo exame da matéria controvertida, os termos do instrumento de nomeação do PERITO no qual deverá ser consignada a matéria controversa e os quesitos a serem respondidos pelo PERITO e o valor máximo que se pagará como honorários do PERITO.
- (c) Se dentro do prazo definido no subitem precedente as PARTES não chegarem a um consenso sobre o PERITO a ser designado, os termos do instrumento de contratação, os honorários a serem pagos ou o PERITO escolhido pelas PARTES não aceitar o encargo, ter-se-á como findo o procedimento de PERITAGEM e qualquer uma das PARTES poderá dar início ao procedimento de ARBITRAGEM, tendo por objeto a controvérsia como um todo.

DS

JEMF

13.3.1. Nomeado o PERITO e firmado o termo de sua contratação, proceder-se-á com a elaboração do laudo, devendo ser observado o seguinte. O PERITO:

DS

MDDS

- (a) apurará com imparcialidade a controvérsia, baseando-se tão somente nos fatos e dados apresentados pelas PARTES ou documentos técnicos públicos;
- decidirá a controvérsia no prazo e limites determinados pelas PARTES;
- (c) manterá e diligenciará pela confidencialidade;
- (d) notificará previamente à outra PARTE, qualquer reunião que tencione realizar com uma PARTE, facultando àquela outra a participação no referido encontro;
- (e) determinará um prazo para envio de documentos pelas PARTES e findo tal prazo ignorará todas as informações a ele remetidas, salvo as enviadas para atendimento a um pedido específico; e

DS

MACN

- (f) poderá requerer às PARTES quaisquer informações adicionais que considere necessárias ao julgamento da controvérsia.

13.3.2. Cada PARTE terá, em relação ao PERITO e à outra PARTE, as seguintes obrigações e prerrogativas durante o procedimento de PERITAGEM:

- (a) enviar ao PERITO, no prazo por ele fixado, os documentos com as informações necessárias ao julgamento da controvérsia;
- (b) disponibilizar para o PERITO, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS da solicitação, todas as informações adicionais específicas que o PERITO julgue necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho;
- (c) enviar simultaneamente à outra PARTE cópias dos documentos com as informações a que se referem as duas alíneas precedentes;
 - u) arcar com os respectivos custos para envio das informações ao PERITO e à outra PARTE, bem como com as despesas com advogados, consultores, testemunhas, empregados e outras pessoas envolvidas nesse processo, conforme a necessidade individual de cada PARTE;
- (e) arcar com 50% (cinquenta por cento) dos custos e despesas comuns de PERITAGEM, entre os quais honorários do PERITO;
- (f) participar de quaisquer reuniões do PERITO com a outra PARTE;
- (g) comentar ou contestar informações enviadas pela outra PARTE ao PERITO, desde que o faça por escrito e no prazo de 14 (quatorze) DIAS de recebimento de tais informações.

13.3.3. Ao término do procedimento de PERITAGEM, que se dará com a entrega do laudo final pelo PERITO, as PARTES deverão no prazo de 10 (dez) DIAS decidir se iniciarão novo procedimento de MEDIAÇÃO, com o mesmo mediador do primeiro procedimento, levando-se em consideração, agora, o laudo apresentado pelo PERITO.

13.3.4. Caso decidam por não proceder com nova MEDIAÇÃO, quaisquer das PARTES poderá dar início à ARBITRAGEM sendo que do Termo de Arbitragem deverá constar que (i) o laudo produzido na PERITAGEM será considerado como prova na ARBITRAGEM e às PARTES será vedado solicitar perícia que verse sobre a matéria tratada na PERITAGEM, ressalvada a possibilidade de realização de nova perícia por determinação do TRIBUNAL ARBITRAL, e neste caso, apresentação de laudos técnicos elaborados por assistentes técnicos das PARTES; e (ii) os custos incorridos por uma PARTE na PERITAGEM deverão ser reembolsados pela PARTE perdedora da ARBITRAGEM, devendo tal reembolso constar da SENTENÇA ARBITRAL. Após a decisão final, a PARTE vencedora será reembolsada, pela PARTE perdedora, de todos os custos em que comprovadamente tiver incorrido para realizar a PERITAGEM, incluindo os honorários do PERITO.

13.4. ARBITRAGEM.

13.4.1. A ARBITRAGEM será conduzida de acordo com o regulamento de arbitragem da CÂMARA, exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do CONTRATO, hipótese na qual prevalecerão as disposições do CONTRATO, e será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro,

Brasil. A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

13.4.2. O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o português.

13.4.3. Os ÁRBITRO(S) serão nomeados da seguinte forma:

(a) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída não exceda o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por ÁRBITRO ÚNICO. A Secretaria da Câmara solicitará às PARTES que nomeiem, no prazo de 15 (quinze) DIAS, o ÁRBITRO ÚNICO para atuar no procedimento arbitral. O ÁRBITRO ÚNICO deverá ser indicado por consenso entre as PARTES. Não havendo consenso, a Diretoria da Câmara encaminhará lista composta de 5 (cinco) nomes para que as PARTES procedam da seguinte forma:

- i. cada PARTE deverá, separadamente, no prazo comum de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS, apresentar manifestação observando o que se segue: (i) cada PARTE poderá retirar da lista até 2 (dois) profissionais em relação aos quais tenha eventual objeção, sem necessidade de justificativa; (ii) os profissionais remanescentes na lista serão pontuados pela PARTE de acordo com a preferência da PARTE para sua indicação como ÁRBITRO ÚNICO. Os pontos serão distribuídos da seguinte forma: um ponto para o primeiro nome de preferência, dois pontos para o segundo nome de preferência e três pontos para o terceiro nome de preferência;
- ii. recebidas as listas com as ordens de preferência das PARTES, cada profissional terá sua pontuação somada, de acordo com a ordem de preferência apresentada por cada uma das PARTES; e
- iii. o profissional indicado que obtiver a menor pontuação dentre a soma das ordens de preferência será nomeado o ÁRBITRO ÚNICO. Em caso de empate, caberá ao presidente da CÂMARA apontar o ÁRBITRO ÚNICO.

(b) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída exceda o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por um TRIBUNAL ARBITRAL, a ser constituído por 3 (três) membros, observando se as seguintes disposições:

- i. A PARTE que queira suscitar a controvérsia apresentará requerimento de instauração de arbitragem à CÂMARA, nos termos do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA, indicando o objeto da controvérsia e informando o nome de seu ÁRBITRO ("PRIMEIRO ÁRBITRO").
- ii. Dentro de 5 (cinco) DIAS do recebimento da notificação da CÂMARA nesse sentido, a outra PARTE responderá ao pedido de instauração da arbitragem e indicará o nome de seu ÁRBITRO

("SEGUNDO ÁRBITRO").

- iii. Dentro de 5 (cinco) DIAS da nomeação do SEGUNDO ÁRBITRO, ambos os ÁRBITROS elegerão um TERCEIRO ÁRBITRO, que presidirá os trabalhos.
- iv. Se não houver consenso sobre o TERCEIRO ÁRBITRO, sua indicação ficará a cargo da CÂMARA.

13.4.4. Na hipótese de as Regras do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA serem omissas quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelo TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, por referência, nesta ordem:

- (a) À Lei Nº 9.307 de 23/09/1996, que dispõe sobre a arbitragem.
- (b) Ao Código de Processo Civil Brasileiro.

13.4.5. A SENTENÇA ARBITRAL será apresentada: (i) no prazo de 60 (sessenta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES, no caso de TRIBUNAL ARBITRAL; ou (ii) em 30 (trinta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES, no caso de ARBITRAGEM com ÁRBITRO ÚNICO.

13.4.6. A SENTENÇA ARBITRAL deverá atender todos os requisitos da Lei Nº 9.307 de 23/09/1996 e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(S), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de ARBITRAGEM imputados a cada PARTE. Será emitida por escrito no Brasil e será vinculante para as PARTES. Será irrecorrível, observados os termos da LEI.

13.4.7. Não obstante o disposto nesta Cláusula, cada uma das PARTES se reserva ao direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

- (a) Assegurar a instituição da ARBITRAGEM.
- (b) Obter medidas cautelares de proteção de direitos, previamente à instituição da ARBITRAGEM, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido em ARBITRAGEM, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à ARBITRAGEM.

Executar qualquer decisão da ARBITRAGEM, inclusive, mas não exclusivamente, da SENTENÇA ARBITRAL.

- (d) Pleitear a nulidade da SENTENÇA ARBITRAL, nas hipóteses permitidas em LEI.

FORO.

Na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este CONTRATO, as PARTES poderão recorrer ao foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA CATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO

14.1 A ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES:

- (a) O não pagamento por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor integral correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE em razão deste CONTRATO
- (b) O descumprimento substancial por quaisquer das PARTES das obrigações estabelecidas no CONTRATO, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente, caracterizando tal descumprimento;
- (c) Falência, liquidação ou a dissolução de qualquer das PARTES ou caso qualquer delas efetue pedido de aut falência, entre em liquidação judicial ou extrajudicial, ou sofra intervenção de qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL competente;
- (d) Nos casos de homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento de recuperação judicial, falha em prestar caução suficiente para garantir o cumprimento de obrigações contratuais que representem o valor das verbas rescisórias estabelecidas no item 14.2;
- (e) A cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste CONTRATO, em desacordo com a CLÁUSULA DEZESSEIS – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES;
- (f) Perda, cancelamento ou revogação, por culpa de qualquer das PARTES, de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do CONTRATO.

DS

JEMP

14.1.1 Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES, a PARTE adimplente enviará NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 20 (vinte) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO.

DS

MDDS

14.1.2 Na hipótese do item 14.1.1, a PARTE que esteja adimplente poderá requerer a resolução do presente CONTRATO desde que (i) tenha transcorrido o prazo de 20 (vinte) DIAS estabelecido no item 14.1.1. sem que o inadimplemento tenha sido sanado; e (ii) mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente informando de sua decisão pela resolução do CONTRATO, uma vez transcorrido o prazo de 20 (vinte) DIAS estabelecido no item 14.1.1 sem que o inadimplemento tenha sido sanado.

DocuSigned by:

MJD

Assinado por: MAURICIO ANTONIO DE MENDONÇA

Data/Hora da Assinatura: 01/10/2023 20:25:10 BRT

ICP

DocuSigned by:

GS

Assinado por: GUSTAV SOUZA COSTA

Hora de assinatura: 28/09/2023 14:57:06 BRT

ICP

DS

MALN

14.1.2.1 Sem prejuízo do disposto no item 0, enquanto o EVENTO DE INADIMPLEMENTO não seja totalmente sanado, a VENDEDORA estará desobrigada de atender a qualquer solicitação de GÁS, com sua respectiva QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS), a nominar junto ao TRANSPORTADORA e a disponibilizar no PONTO DE ENTRADA qualquer QUANTIDADE DE GÁS. Eventual tolerância pela VENDEDORA em suspender a nomeação e a disponibilização de GÁS não significará renúncia de tal direito, podendo tal suspensão iniciar-se a qualquer momento, enquanto perdure o EVENTO DE INADIMPLEMENTO.

14.1.3 Uma vez sanado qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO NOTIFICADO conforme item 14.1.1, as obrigações das PARTES no CONTRATO serão restabelecidas, e as PARTES não mais terão o direito de resolver o CONTRATO com base em tal inadimplemento.

14.2 Na hipótese de resolução deste CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única aplicável, o valor apurado conforme abaixo:

$$VIR = [0,30 \times (QDP_M \times DF \times PG)]$$

e:

| | |
|------------------|--|
| VI | É o valor de indenização a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE em reais (R\$); |
| QDP _M | É a média da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV) ao longo do último PERÍODO DE FORNECIMENTO anterior ao EVENTO DE INADIMPLEMENTO que tenha ocorrido a nominação de GÁS no âmbito deste CONTRATO; |
| DF | É a quantidade de DIAS faltantes para o término do prazo de vigência do CONTRATO; |
| PG | É o PREÇO DO GÁS (PG) vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO, acrescido dos tributos aplicáveis. |

14.2.1 Sem prejuízo dos itens 14.5 e 14.6, acordam as PARTES que o valor estipulado no item 14.2 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos efetivamente incorridos. Efetuado o pagamento, nenhum valor adicional poderá ser pleiteado pela PARTE inadimplente extrajudicialmente ou judicialmente.

14.2.2 A PARTE inadimplente emitirá DOCUMENTO DE COBRANÇA à PARTE inadimplente com o valor correspondente à indenização por resolução do CONTRATO prevista neste item 14.2., detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão.

DS

JEMP

14.3 O CONTRATO poderá ser resolvido por qualquer das PARTES, mediante envio de NOTIFICAÇÃO por escrito à outra PARTE, sem responsabilidade alguma de qualquer PARTE perante a outra PARTE, nas seguintes ocorrências:

DS

MDDS

(a) por mútuo acordo das PARTES; e

pela impossibilidade de sobrevida do CONTRATO, em função de determinação legal.

DocuSigned by:

556

ICP Brasil

Hora de assinatura: 28/09/2023 15:05:11

14.4 Adicionalmente às hipóteses previstas nesta cláusula, o presente CONTRATO poderá ser resolvido na ocorrência de um evento caracterizado nos termos deste CONTRATO como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, cujos efeitos subsistam por um período ininterrupto superior a 12 (doze) MESES, impedindo qualquer das PARTES de cumprir, total ou parcialmente, suas obrigações previstas neste CONTRATO. Nesta hipótese, nenhuma indenização será devida de uma PARTE à outra em função do término do CONTRATO.

DS

MALN

14.5 A resolução do CONTRATO, nos termos previstos nesta cláusula e, conforme o caso, mediante o pagamento da quantia prevista no item 14.2., não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal

resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões deste CONTRATO sobre sigilo e confidencialidade, incidências tributárias, solução de controvérsias, conduta das PARTES e as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução.

14.6 Na hipótese de rescisão imotivada do CONTRATO por qualquer das PARTES, a PARTE solicitante deverá enviar NOTIFICAÇÃO com antecedência de 180 (cento e oitenta) DIAS à outra PARTE e se sujeitará ao pagamento (i) do valor de indenização calculado nos termos do item 14.2 e (ii) dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução.

CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

15.1 Caracteriza se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do Artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA
- b) a PARTE AFETADA e/ou suas AFILIADAS não tenham concorrido direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da PARTE AFETADA conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e
- d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas no CONTRATO.

15.2 Abrangência.

15.2.1 Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta Cláusula:

- (a) ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico;
- b) cataclismos, raios, terremotos, maremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis;
- (c) a entrada em vigor de LEI nova ou modificação, suspensão ou revogação de qualquer LEI em vigor, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, após a data de assinatura do CONTRATO que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO por qualquer das PARTES;

- u) desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público;
- (e) comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete as unidades, os sistemas, os equipamentos auxiliares e as instalações da VENDEDORA necessárias para a disponibilização do GÁS
- (f) comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete as unidades, os sistemas, os equipamentos auxiliares e as instalações de escoamento e/ou processamento necessárias para atendimento deste CONTRATO, sendo elas de titularidade de VENDEDORA ou acessadas pela VENDEDORA no âmbito do(s) CONTRATO(S) UPSTREAM; e
- (g) comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete as unidades, os sistemas, os equipamentos auxiliares e as instalações da COMPRADORA necessárias para o recebimento do GÁS.

15.3 Eventos excluídos.

15.3.1 Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:

- (a) greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA; e
- u) alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA, bem como a alteração das condições de mercado para comercialização do GÁS em geral;
- (c) qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrente diretamente da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

DS

JEMP

DS

MDDS

15.4 Procedimentos em ocorrências de Caso Fortuito ou Força Maior.

DocuSigned by:

MJD

Assinado por: MAURICIO ANTONIO COSTA DINIZ

Data/Hora da Assinatura: 01/10/2023 20:25:41 BRT

ICP

15.4.1 Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

DocuSigned by:

DS

Assinado por: VIVIANE SOUZA COSTA

Hora de assinatura: 28/09/2023 14:38:02 BRT

ICP

- (a) informar imediatamente sobre a ocorrência do evento mediante envio de NOTIFICAÇÃO à outra PARTE e, tão logo quanto possível, apresentar as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento;

DS

MALN

- u) adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível;
- (c) manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação;
- u) enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE em até 15 (quinze) DIAS da cessação do evento e de suas consequências;
- (e) permitir à outra PARTE, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar;
- (f) complementar posteriormente a informação de que trata o item 15.4.1 (a) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como o respectivo impacto adverso efetivamente verificado no cumprimento de suas obrigações.

15.4.2 Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 15.4.1 seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

15.4.3 Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 15.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data do recebimento da NOTIFICAÇÃO pela outra PARTE.

15.4.4 Com relação ao item 15.4.1, a PARTE AFETADA não estará obrigada a agir diferentemente do que seja apropriado às práticas da indústria, e semelhante à prática adotada em situações similares.

DS
JEMP
15.5 Obrigações não afetadas.

15.5.1 Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, observado o disposto nos itens 15.4.3 e 15.4.4 quanto à produção de efeitos, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

DocuSigned by:
MJD
15.6 Efeitos no CONTRATO.

15.6.1 Com a caracterização de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, na medida e na extensão em que diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos do CONTRATO, bem como exoneradas de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente atribuíveis ao CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.6.2 Na hipótese em que o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR não impeça o cumprimento total das obrigações da PARTE AFETADA, mas apenas parcial, enquanto perdurar o evento, para cada DIA, será estabelecida uma nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA VENDEDORA (QDPV), considerando a QUANTIDADE DE GÁS afetada

constante na NOTIFICAÇÃO de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, que servirá de base para o cálculo de eventuais penalidades.

15.6.3 A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser nominada pela VENDEDORA junto ao TRANSPORTADOR e/ou disponibilizada pela VENDEDORA no PONTO DE ENTRADA em função de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será abatida dos compromissos de nominação e disponibilização do CONTRATO.

15.7 Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, qualquer das PARTES poderá submetê-la à ARBITRAGEM, sendo que, enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do CONTRATO.

15.8 Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CLÁUSULA DEZESSEIS – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

16.1 O CONTRATO, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser cedido total ou parcialmente, salvo com o consentimento por escrito da outra PARTE, observado o disposto nos itens O e O.

16.2 Caso a cessão total do CONTRATO seja realizada a uma AFILIADA da PARTE cedente, o consentimento somente poderá ser negado de forma justificada e com base na falta de capacidade técnica, econômica, jurídica ou conforme a CLÁUSULA DEZOITO – CONDUTA DAS PARTES de cumprir com o disposto neste CONTRATO.

16.3 Fica expressamente autorizada a cessão, pela VENDEDORA, dos recebíveis resultantes deste CONTRATO, como garantia para fins do financiamento de suas atividades, incluindo, mas não se limitando ao penhor, à cessão ou à alienação fiduciária.

CLÁUSULA DEZESSETE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

17.1. Constituem exceções às INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS apenas informações contidas em uma das seguintes categorias:

- (a) Informações que, antes de serem divulgadas sob o presente CONTRATO, sejam de domínio público;
- (b) Informações que, depois de serem divulgadas em decorrência do presente CONTRATO, venham a ser de domínio público, exceto quando tal registro seja o resultado da quebra deste CONTRATO por qualquer uma das PARTES
- (c) Informações outras que obtidas de terceiras partes, que, antes de serem divulgadas sob o presente CONTRATO, tenham estado legalmente de posse de uma das PARTES sem limitação de divulgação a outros, ou que posteriormente fiquem livres de tal limitação; e

- u) Informações obtidas por uma das PARTES de um terceiro que esteja legalmente de posse de tais informações e não sujeito a uma relação contratual ou fiduciária com a outra PARTE ou com qualquer de suas unidades, com respeito à informação citada.

17.2. As PARTES declaram que possuem diretrizes e procedimentos desenvolvidos para proteger os direitos de segredo comercial de suas próprias informações confidenciais, incluindo notificações a seus funcionários para prevenir publicação não autorizada e divulgação de tais informações. As PARTES concordam que as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS deverão estar sujeitas a estas diretrizes e procedimentos. Adicionalmente, as PARTES concordam em não divulgar quaisquer INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS a quaisquer terceiros ou usar INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS a não ser em benefício das PARTES, a menos que autorizado previamente e por escrito pela outra PARTE. Se a divulgação a um terceiro for desta forma autorizada, as PARTES deverão assinar um contrato de confidencialidade com tal terceiro nos mesmos termos e condições com respeito ao uso ou divulgação das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, conforme determinado nesta cláusula.

17.3. As PARTES declaram, ainda, que adotarão as medidas necessárias para que seus empregados, dirigentes, prepostos, consultores e todas as pessoas sob sua responsabilidade, cujo contato com o conteúdo e execução do objeto do presente CONTRATO seja inevitável, não divulguem as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, e mantenham a confidencialidade acordada. As PARTES serão integralmente responsáveis pela ruptura do compromisso de confidencialidade dos seus empregados, prepostos, consultores, dirigentes e pessoas sob sua responsabilidade.

17.4. Caso ocorra desrespeito aos compromissos de confidencialidade previstos nesta cláusula, tal evento ensejará: (i) causa suficiente para a resolução do CONTRATO pela PARTE inocente; e (ii) a aplicação da multa estabelecida no item 14.2 deste CONTRATO.

17.5. A obrigação de confidencialidade não se aplica aos casos de decisão judicial ou disposição de lei que obrigue a divulgação, devendo a PARTE obrigada a divulgá las nessas circunstâncias comunicar à outra PARTE, permitindo a intervir para buscar uma medida cautelar ou outro remédio jurídico que julgue adequado. A PARTE obrigada à divulgação deverá empreender seus melhores esforços no sentido de obter tratamento confidencial às informações fornecidas.

17.6. A obrigação de sigilo prevista nesta cláusula vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data da extinção deste CONTRATO.

CLÁUSULA DEZOITO – CONDOTA DAS PARTES

18.1 No desempenho das operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO, as PARTES declaram e garantem que têm conhecimento e observarão o Ato Anticorrupção dos Estados Unidos da América de 1977 (*Foreign Corrupt Practices Act – FCPA*); o Ato Antissuborno do Reino Unido de 2010 (*U.K. Anti Bribery Act*); a Legislação Aplicável da Convenção da OCDE sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais; a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção; bem como as leis e normas relativas à contratação com os órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, da República Federativa do Brasil, como a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Brasileira) e suas regulamentações, o Código Penal Brasileiro (Decreto lei nº 2.848/1940) e todas as demais leis e regulamentos

anticorrupção aplicáveis, durante o prazo do CONTRATO (conjuntamente denominados "LEIS ANTICORRUPÇÃO").

18.2 As PARTES declaram, garantem e se comprometem que nem ela nem os membros do seu respectivo "Grupo" (i) realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou FUNCIONÁRIO PÚBLICO, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade pública ou privada, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento violar as LEIS ANTICORRUPÇÃO aplicáveis. Para os efeitos desta cláusula, "Grupo" significa, em relação a cada uma das PARTES, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.

18.2.1. As PARTES declaram, garantem e se comprometem que elas e suas respectivas AFILIADAS cumprirão as LEIS ANTICORRUPÇÃO.

18.2.2. Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, as PARTES declaram e garantem que elas e os membros do seu respectivo Grupo adotaram e adotarão medidas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, sobretudo que: (i) não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e (ii) cumprirão as demais normas referentes à lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, às condutas descritas na Lei nº 9.613/1998 e demais legislações aplicáveis à PARTE.

18.2.3. As PARTES declaram, garantem e se comprometem que nem elas nem os membros do seu respectivo Grupo (i) pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente, por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, e (ii) ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

18.2.4. As PARTES declaram, garantem e se comprometem que não utilizarão ou utilizarão broker, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado a este CONTRATO, quando a utilização de tal broker, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nesta cláusula ou quando as ações de tal broker, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta cláusula.

18.2.5. As PARTES declaram, garantem e se comprometem a implementar políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às LEIS ANTICORRUPÇÃO.

18.3 As PARTES deverão: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas nos itens 18.2.1, 18.2.2 e 18.2.4; (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações

DS
JEMP

DS
MDDS

DocuSigned by:
MJD
ANTONIO ANTONIO COSTA DINIZ
Assinado em: 01/10/2023 20:28:44 BRT
ICP
DocuSigned by:
CSL
Assinado em: 28/09/2023 14:38:38 BRT
ICP

DS
MACN

da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da vigência do CONTRATO e (v) cumprir a legislação aplicável.

18.4 Em caso de suspeita de violação desta Cláusula 18, a PARTE suspeitosa poderá realizar auditoria de conformidade na outra PARTE ou em qualquer de seus representantes, por si só ou por meio de um terceiro especializado escolhido pela própria PARTE suspeitosa. A outra PARTE se compromete, desde que haja uma avaliação prévia sobre a procedência da suspeita violação, a cooperar com qualquer auditoria de conformidade que possa ser conduzida no contexto deste Contrato, disponibilizando todos os documentos, informações e funcionários solicitados com conhecimento dos fatos para possíveis entrevistas.

18.5 Cada PARTE deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento desta Cláusula pela PARTE indenizante e suas AFILIADAS.

18.6 Cada PARTE declara e garante que reportará à outra PARTE qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer PARTE ou suas AFILIADAS para a PARTE notificante.

18.7 AS PARTES garantem que nem elas próprias, suas subsidiárias, se aplicável, seus respectivos diretores, executivos, agentes, representantes ou empregados constam como Parte Sancionada em listas de Sanções nacionais ou internacionais. As PARTES também garantem não possuir qualquer tipo de relacionamento comercial ou vínculo com qualquer "Parte Sancionada" nem o fará durante a vigência deste CONTRATO.

18.7.1 Para efeitos desta cláusula, "Parte sancionada" significa, a qualquer momento, qualquer pessoa ou entidade: (i) indicada em qualquer lista relacionada às restrições de pessoas impedidas ou bloqueadas; (ii) residente ou organizado de acordo com as leis de um país ou território sujeito às sanções abrangentes e restritivas; ou (iii) de propriedade majoritária ou controlada por qualquer dos itens anteriores.

18.7.2 Para efeitos desta cláusula, "Sanções" significam as sanções econômicas ou financeiras e os embargos comerciais impostos, administrados ou executados pelos (i) os Estados Unidos, (ii) o Conselho de Segurança das Nações Unidas, (iii) a União Europeia e seus estados membros, (iv) o Reino Unido, (v) o Brasil e (vi) as respectivas instituições governamentais de qualquer uma das anteriores, incluindo, entre outros, o Tesouro de Sua Majestade; o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos EUA; o Departamento de Comércio dos EUA; o Gabinete do Controlador Geral do Brasil; o Ministério Público da União; os Ministérios Públicos dos Estados Brasileiros; o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunais de Contas da União, Estados ou Municípios; e a Comissão de Valores Mobiliários.

18.8 As PARTES concordam que a não observância dessas premissas por uma das PARTES levará à suspensão da relação comercial até que haja o devido esclarecimento de fatos desabonadores eventualmente alegados contra tal PARTE. Em caso de ausência de esclarecimentos adequados, ou decisão condenatória em qualquer instância, seja civil, administrativa ou penal contra a PARTE violadora ou qualquer de seus empregados, sócios e administradores, a outra PARTE poderá rescindir este CONTRATO, sem prejuízo de eventual reparação na esfera cível.

18.9 As PARTES declaram ter recebido, lido, compreendido e garante atuar de acordo com todos os termos dos "Documentos de Integridade" da outra PARTE, disponibilizados ao acesso da forma abaixo.

18.9.1 Código de Ética e Conduta e Política Anticorrupção (Documentos de Integridade da 3R), disponível em <https://ri.3rpetroleum.com.br/governanca/corporativa/estatuto-politicas-e-codigos/>.

18.9.2 Código de Conduta e Integridade (Documento de Integridade da CEGÁS), disponível em <https://www.cegas.com.br/download/manual-de-etica-e-de-conduta-nos-negocios-2/>.

CLÁUSULA DEZENOVE - PROTEÇÃO DE DADOS

19.1 Para fins desta cláusula, termos iniciados em letra maiúscula e não definidos neste CONTRATO terão a definição dada pela Lei nº 13.709/2018 ("LGPD").

19.2 As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente CONTRATO em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a LGPD, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados, as PARTES deverão:

- (a) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso em conformidade com estas cláusulas e com a LGPD, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à outra PARTE, que terá o direito de rescindir o CONTRATO sem qualquer ônus, multa ou encargo
- b) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida;
- (c) Responsabilizar-se por quaisquer atividades de tratamento de dados realizada por meio de um subcontratado, seja na condição de Controlador ou de Operador. A PARTE deverá, também, assegurar-se que o subcontratado tenha condições de garantir um nível adequado de proteção de dados pessoais;
- d) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da PARTE detentora originariamente dos dados;
- (e) Cooperar uma com a outra, no limite de suas atividades, para o cumprimento das obrigações relacionadas ao exercício dos direitos dos Titulares dos dados pessoais, de acordo com a LGPD.

19.3 Em caso de um evento adverso de segurança (ou conjunto de eventos adversos), confirmado ou sob suspeita, que impacte ou possa impactar na

disponibilidade, integridade, confidencialidade ou autenticidade de algum ativo de informação, a PARTE responsável (por ato próprio ou de seus terceiros/subcontratados) deverá:

- (a) Comunicar a outra PARTE de tal incidente, por escrito e nos termos deste CONTRATO, em até 24h (vinte e quatro horas). A NOTIFICAÇÃO deverá conter informações suficientes (no mínimo, descrição do ocorrido, data, causa, possíveis impactos aos Titulares de Dados Pessoais, ações de mitigação adotadas, e próximos passos) para que a PARTE inocente possa cumprir com eventuais exigências impostas pela LGPD;
- (b) Às suas próprias expensas, investigar as causas e potenciais consequências do incidente e tomar as medidas necessárias para remediá-las, notificando a PARTE inocente dos trabalhos feitos
- (c) Manter registro dos incidentes de segurança, contendo pelo menos (i) descrição da natureza do incidente de segurança, (ii) descrição das consequências do incidente de segurança e (iii) descrição das medidas tomadas ou propostas para tratar do incidente de segurança;

Não divulgar quaisquer incidentes de segurança, a não ser que autorizado pela PARTE inocente ou requisitado por lei;
- (d) Arcar integralmente com o pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à outra PARTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

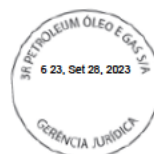
19.4 As regras de indenização previstas nesta cláusula são adicionais e não configuram, em nenhuma hipótese, limitação de responsabilidade ou exclusão das demais obrigações de indenização/multa por inadimplemento constantes em outras cláusulas deste CONTRATO.

CLÁUSULA VINTE – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

20.1 As PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios, locais onde serão válidas todas as NOTIFICAÇÕES, efetuadas por escrito, relacionadas ao CONTRATO:

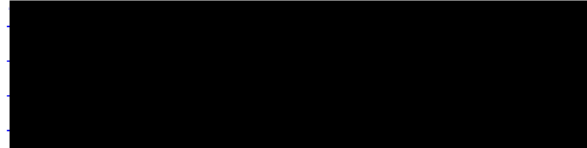
(a) 3R:
Praia de Botafogo 186, salas 1301, 1401 e 1501, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ
CEP 22.250 145
A/C: Thiago Esteves Martins
– mail: thiago.martins@3rpetroleum.com.br
Fone: (21) 3475-5555
Com cópia para: juridico@3rpetroleum.com.br /
comercial.gas@3rpetroleum.com.br

(B) CEGÁS:
Avenida Washington Soares, 6475, bairro José de Alencar, Fortaleza/CE
CEP: 60.830-005
A/C: Diretoria Executiva da CEGÁS
E-mail: diretoria@cegas.com.br
Fone: (85) 3266 6985

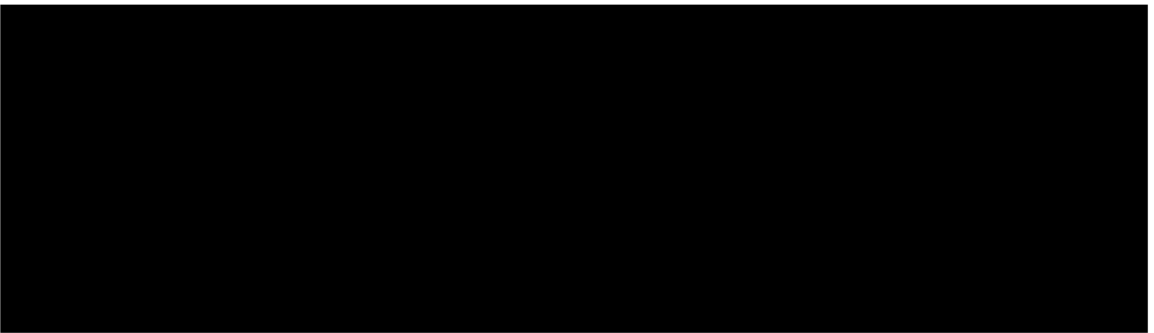


20.2 Serão válidas ainda como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE a outra PARTE, mediante telefonema gravado, transmissão de fac-símile ou comunicação eletrônica, em qualquer caso, com confirmação de recebimento, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

(a) 3R CANDEIAS, 3R RIO VENTURA E 3R OFFSHORE:
Praia de Botafogo 186, salas 1301, 1401 e 1501, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ
CEP 22.250 145
Fone: (21) 3475 5555
Plantão Emergencial: (21) 3475-5555
Correios eletrônicos (e-mails):



(B) CEGÁS:
Avenida Washington Soares, 6475, bairro José de Alencar, Fortaleza/CE
CEP: 60.830-005
A/C: Diretoria Executiva da CEGÁS



20.3 Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra.

20.4 Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

20.5 Especificamente para os fins dos termos e condições dispostos na CLÁUSULA OITAVA - PROGRAMAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO GÁS, as NOTIFICAÇÕES deverão ser enviadas via comunicação eletrônica (e mail), encaminhando documento nos termos do ANEXO I, e as PARTES deverão disponibilizar um setor de atendimento mútuo, em funcionamento contínuo durante todos os DIAS, durante o período de 8h (oito horas) até as 18h (dezoito horas).

CLÁUSULA VINTE E UM - NOVAÇÃO

21.1 As estipulações previstas no CONTRATO não constituem novação de ajustes, acordos ou contratos de mesma natureza já existentes entre as PARTES, que permanecem inalterados.

21.2 Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer

renúncia ou novação a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Nulidade das cláusulas contratuais.

22.1.1 Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência deste CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. Este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

22.1.2 Na hipótese do item 22.1.1, as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO, substituirão adequadamente eventual disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverão aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a finalidade da mesma.

22.2 Modificação das cláusulas contratuais.

Este CONTRATO não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado pelos representantes legais devidamente autorizados de ambas as PARTES.

22.3 Declarações e Garantias.

22.3.1 As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

- (a) Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes;
- (b) As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida; e

A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO.

22.4 Completude do CONTRATO.

22.4.1 Este CONTRATO representa o acordo final das PARTES tendo sido livremente negociado e redigido pelas PARTES em conjunto, com assessoria profissional,

substituindo todos acordos e manifestações prévias das PARTES com relação ao seu objeto.

22.5 Valor estimado do CONTRATO.

22.5.1 As PARTES concordam que o VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO será calculado com base nas condições da NOTIFICAÇÃO para cada PERÍODO DE FORNECIMENTO.

22.6 Responsabilidade da VENDEDORA.

22.6.1 A VENDEDORA será responsável perante a COMPRADORA pelo cumprimento deste CONTRATO e de todas as obrigações da VENDEDORA nele previstas ou dele decorrentes, incluindo em relação as obrigações de nominação e disponibilização de qualquer QUANTIDADE DE GÁS. O descumprimento das obrigações estabelecidas neste CONTRATO pela VENDEDORA será considerado um evento de inadimplemento e/ou rescisão com relação a VENDEDORA, podendo a COMPRADORA, nesse caso, rescindir o CONTRATO com relação à VENDEDORA. A VENDEDORA não ficará liberada de responsabilidade, ainda que o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste CONTRATO fique impossibilitado.

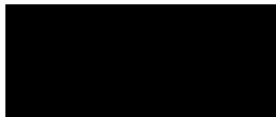
CLÁUSULA VINTE E TRÊS - CONCORDÂNCIA DAS PARTES

23.1. As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral do CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento.

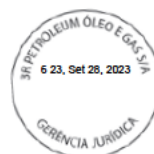
23.2. Para os fins do Artigo 10, Parágrafo Segundo, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, as PARTES, bem como seus signatários, na qualidade de representantes legais destas, admitem a assinatura digital do presente CONTRATO, comprovada por meio de certificação digital credenciado pela ICP-Brasil, incluindo assinaturas eletrônicas em plataforma eleita pelas PARTES, válida e hábil para garantir a integridade e a autoria deste CONTRATO. Assim, as PARTES reconhecem que este CONTRATO e qualquer outro documento a ele relacionado poderão ser assinados eletronicamente ou de forma manuscrita, bem como que as assinaturas eletrônicas apostas neste CONTRATO possuirão valor legal, para todos os fins, incluindo a comprovação da validade jurídica, integridade e autenticidade do CONTRATO.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2023.

[página de assinaturas a seguir]



DS
MNC



Página de assinaturas do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural Interruptível celebrado entre 3R Candeias S.A., 3R Rio Ventura S.A., 3R Petroleum Offshore S.A. e CEGÁS em 28 de setembro de 2023].

DS

JEMP

3R CANDEIAS S.A.

DocuSigned by:

Matheus Dias de Siqueira

Matheus Dias de Siqueira
Diretor Presidente

Maurício Antonio Costa Diniz
Diretor de Exploração e Produção

3R RIO VENTURA S.A.

DocuSigned by:

Matheus Dias de Siqueira

Matheus Dias de Siqueira
Diretor Presidente

DocuSigned by:

Maurício Antonio Costa Diniz
Assinado por: MAURICIO ANTONIO COSTA DINIZ
Data/Hora da Assinatura: 01/10/2023 20:26:23 BRT

Maurício Antonio Costa Diniz
Diretor de Exploração e Produção

3R PETROLEUM OFFSHORE S.A.

DocuSigned by:

Matheus Dias de Siqueira

Matheus Dias de Siqueira
Diretor Presidente

Maurício Antonio Costa Diniz
Diretor de Exploração e Produção

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS

DocuSigned by:

Miguel Antonio Cedraz Nery

Miguel Antonio Cedraz Nery
Diretor Presidente

Wesley Souza Costa
Diretor Técnico e Comercial

TESTEMUNHAS:

DocuSigned by:

Thiago Esteves Martins

Nome: Thiago Esteves Martins

DocuSigned by:

Thaís de Melo Cunha

Nome: Thaís de Melo Cunha

ANEXO I

Modelo de NOTIFICAÇÃO para solicitação, alteração e aceite de QUANTIDADES DE GÁS

| PARTE Notificante | Tipo da NOTIFICAÇÃO | PARCELA DE MOLÉCULA PARA O PERÍODO DE FORNECIMENTO | DIA do PERÍODO DE FORNECIMENTO | [Quantidade Diária Solicitada para o referido DIA (m³/DIA)] / [Quantidade Diária Programada para o referido DIA (m³/DIA)] / [Nova Quantidade Diária Solicitada para o referido DIA (m³/DIA)] / [Nova Quantidade Diária Programada para o referido DIA (m³/DIA)] | Ponto ou Zona de Saída |
|-------------------|--------------------------------|--|--------------------------------|---|------------------------|
| [COMPRADORA] | [Solicitação] | | | | |
| | [Alteração da QDS] | | | | |
| | [Alteração intradiária da QDS] | | | | |
| [VENDEDORA] | [Programação] | | | | |
| | [Alteração da QDP] | | | | |
| | [Alteração intradiária da QDP] | | | | |

| | OBSERVAÇÕES |
|--------------|-------------|
| [VENDEDORA] | |
| [COMPRADORA] | |

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: [REDACTED] Status: Concluído
Assunto: DocuSign: CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GN NA MODALIDADE INTERRUPTÍVEL (3R - CEGÁS)
Envelope fonte:
Documentar páginas: 44 Assinaturas: 10
Certificar páginas: 6 Rubrica: 211
Assinatura guiada: Ativado
Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Rastreamento de registros**Eventos do signatário****Assinatura****Registro de hora e data**

DocuSigned by:

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 29/09/2023 14:22:07

DS
JEMFEnviado: 29/09/2023 11:36:48
Visualizado: 29/09/2023 11:37:17
Assinado: 29/09/2023 11:38:30DocuSigned by:
Matheus Dias de SiqueiraEnviado: 29/09/2023 11:36:46
Reenviado: 29/09/2023 14:31:31
Reenviado: 02/10/2023 11:26:59
Reenviado: 02/10/2023 13:29:48
Reenviado: 03/10/2023 09:14:28
Reenviado: 05/10/2023 13:47:34
Reenviado: 06/10/2023 08:15:20
Reenviado: 09/10/2023 08:25:38
Visualizado: 09/10/2023 08:34:38
Assinado: 09/10/2023 08:35:55**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

| Eventos do signatário | Assinatura | Registro de hora e data |
|-----------------------|--|--|
| [REDACTED] | DocuSigned by: Maurício Antonio Costa Diniz [REDACTED] | [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] |
| [REDACTED] | [REDACTED] [REDACTED] | |
| [REDACTED] | | |
| [REDACTED] | DocuSigned by: Miguel Antonio Cedraz Nery [REDACTED] | [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] |
| [REDACTED] | [REDACTED] [REDACTED] | |
| [REDACTED] | | |
| [REDACTED] | DocuSigned by: Thais de Melo Cunha [REDACTED] | [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] |
| [REDACTED] | [REDACTED] [REDACTED] | |
| [REDACTED] | | |
| [REDACTED] | DocuSigned by: Thiago Esteves Martins [REDACTED] | [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] |
| [REDACTED] | [REDACTED] [REDACTED] | |
| [REDACTED] | | |

| | | |
|-----------------------------------|------------|-------------------------|
| Eventos do signatário presencial | Assinatura | Registro de hora e data |
| Eventos de entrega do editor | Status | Registro de hora e data |
| Evento de entrega do agente | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de entrega intermediários | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de entrega certificados | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de cópia | Status | Registro de hora e data |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

| Eventos de cópia | Status | Registro de hora e data |
|------------------|--------|-------------------------|
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

| Eventos com testemunhas | Assinatura | Registro de hora e data |
|-------------------------|------------|-------------------------|
|-------------------------|------------|-------------------------|

| Eventos do tabelião | Assinatura | Registro de hora e data |
|---------------------|------------|-------------------------|
|---------------------|------------|-------------------------|

| Eventos de resumo do envelope | Status | Carimbo de data/hora |
|-------------------------------|------------------------|----------------------|
| Envelope enviado | Com hash/criptografado | 29/09/2023 11:36:48 |
| Envelope atualizado | Segurança verificada | 29/09/2023 14:02:06 |
| Envelope atualizado | Segurança verificada | 29/09/2023 14:02:06 |
| Envelope atualizado | Segurança verificada | 29/09/2023 14:02:06 |
| Envelope atualizado | Segurança verificada | 29/09/2023 14:02:06 |
| Envelope atualizado | Segurança verificada | 29/09/2023 14:02:06 |
| Envelope atualizado | Segurança verificada | 29/09/2023 14:02:06 |
| Envelope atualizado | Segurança verificada | 29/09/2023 14:26:22 |
| Entrega certificada | Segurança verificada | 29/09/2023 12:05:06 |
| Assinatura concluída | Segurança verificada | 29/09/2023 12:05:49 |
| Concluído | Segurança verificada | 09/10/2023 08:35:55 |

| Eventos de pagamento | Status | Carimbo de data/hora |
|----------------------|--------|----------------------|
|----------------------|--------|----------------------|

| Termos de Assinatura e Registro Eletrônico |
|--|
|--|

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, HCITIS OBO CEGAS - ISV (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact HCITIS OBO CEGAS - ISV:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: admin.gerti@cegas.com.br

To advise HCITIS OBO CEGAS - ISV of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at admin.gerti@cegas.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from HCITIS OBO CEGAS - ISV

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to admin.gerti@cegas.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with HCITIS OBO CEGAS - ISV

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to admin.gerti@cegas.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify HCITIS OBO CEGAS - ISV as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by HCITIS OBO CEGAS - ISV during the course of your relationship with HCITIS OBO CEGAS - ISV.